

UMA ANÁLISE DO USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO: A PRODUÇÃO DE CELULOSE EM PERSPECTIVA

Tauann Fernandes Ferreira Domis ¹

RESUMO

O agronegócio pode ser compreendido como uma concertação política entre atores responsáveis pela técnica da produção e pela política do território. Nos processos de organização espacial, é o Estado em conjunto com as grandes corporações que desempenham o poder para definir os direcionamentos, especialmente no tocante ao uso do território e respectivos mecanismos de regionalização que se operam em diferentes frações territoriais e produção de *commodities*. Este artigo pretendeu sinalizar caminhos analíticos que destaquem aspectos da política de financiamento do Estado, e a associação entre a ocorrência de conflitos de terra e a operação da Suzano S.A. nas regiões produtoras de celulose no Mato Grosso do Sul e no Maranhão. A partir do levantamento de dados secundários de fontes públicas, associados aos valores de financiamento público contratados pela corporação junto ao Estado, quantidade de madeira em tora produzida para celulose e ocorrência de conflitos por terra nos estados e municípios inseridos na lógica produtiva de celulose nas duas regiões produtivas, procedeu-se com uma fundamentação teórico-conceitual para pontuar chaves interpretativas das dinâmicas territoriais à luz da teoria do espaço geográfico miltoniano, sucedida de uma interpretação comparativa dos dados obtidos. Os resultados demonstraram que vem havendo diferenciação espacial nesses locais e que, a partir da vetorização da lógica produtiva extravertida pela Suzano S.A, o território tem manifestado grandes alterações produtivas e algumas em conflito, iluminando a necessidade de um acompanhamento atento sobre as dinâmicas ocorrentes nestes locais, para identificar os agentes envolvidos e seus papéis, pavimentando apoio aqueles mais vulneráveis na relação.

Palavras-chave: Agronegócio, Regionalização, Região Produtiva, Conflito territorial.

ABSTRACT

Agribusiness can be understood as a political consultation between actors responsible for production techniques and territorial policy. In spatial organization processes, it is the State together with big corporations that have the power to define directions, especially regarding the use of territory and respective regionalization mechanisms that operate in different territorial fractions and commodities' production. This article intended to highlight analytical paths regarding aspects of the State's financing policy, and the association between the occurrence of land conflicts and the operation of Suzano S.A. in the cellulose producing regions of Mato Grosso do Sul and Maranhão. From the collection of secondary data from public sources, associated with the amounts of public financing contracted by the corporation with the State, the amount of roundwood produced for cellulose and the occurrence of conflicts over land in the states and municipalities included in the cellulose production logic in both productive regions, we proceeded with a theoretical-conceptual foundation to point out interpretative keys of territorial dynamics in the light of Miltonian theory of geographic space, followed by a comparative interpretation of the data obtained. The results demonstrated that there has been a spatial differentiation in these locations and that, based on the vectorization of the productive logic extraverted by Suzano S.A, the territory has manifested major productive and some conflictual changes, highlighting the need for

¹ Mestrando do Curso de Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, bolsista CAPES, tffdomis@gmail.com.

careful monitoring of the dynamics occurring in these locations, in order to identify the agents involved and their roles, providing support to those most vulnerable in the relationship.

Keywords: Agribusiness, Regionalization, Productive Region, Territorial Conflict.

INTRODUÇÃO

Para a compreensão das transformações que ocorrem sobre uma determinada fração do território, independente da dimensão, deve-se primeiro reconhecer a interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, natural ou artificial, e o campo social referente ao seu uso, de forma superposta e cumulativa, no espaço e no tempo (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]). O território usado, assim, define-se não só pela infraestrutura nele presente, mas também por como o movimento da sociedade e da economia o subjetiva através de um dinamismo baseado, entre outras coisas, em uma divisão territorial do trabalho promotora de uma hierarquia entre lugares, conforme pontuado por Santos e Silveira (2021 [2001]). Assim sendo, a organização dos espaços para o caso do Terceiro Mundo se mostra dependente e se configura a partir de uma dialética entre os Estados-Nações e as atividades modernas capitaneadas principalmente por empresas multinacionais e monopólios, que, em última instância, engendra uma alteração ou redistribuição das respectivas funções organizacionais do espaço (SANTOS, 2014a [2005]).

Na esteira das especificidades de cada Estado-Nação, Ruy Moreira (2020, p. 177) considera que a formação social do Brasil se deu a partir de “uma forma particular de realização do capitalismo em seu processo de mundialização”, na qual a relação cidade-campo se mostrou como a “expressão da divisão internacional e da divisão interna do trabalho que acompanha e espacialmente ordena esse processo” (MOREIRA, 2020, p. 177; grifo nosso). Como constante do processo de construção do Estado brasileiro, somou-se à dialética de organização do espaço as oligarquias e seus grandes proprietários rurais de natureza de classe agromercantil, que, segundo Moreira (2020), tem-se mostrado tipicamente centrais à evolução do capitalismo no país.

É fato que ao longo do desenvolvimento territorial brasileiro foi observada uma concentração demográfica, industrial e econômica nas regiões Sul e, especialmente Sudeste – protagonizada por São Paulo. Tal concentração foi condicionada e condicionante de uma infraestrutura mais equipada, um maior intercâmbio de produtos e serviços, além de uma mobilidade mais facilitada de pessoas dentre os estados destas regiões, contrastando com a realidade do restante do território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]). Foi

justamente a reconfiguração dessa concentração diferenciadora um dos principais objetivos dos históricos planejamentos macroeconômicos brasileiros a partir da década de 1970, destacando-se os três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que previam, dentre outras coisas, a redistribuição industrial, a modernização da agricultura e um conjunto de estratégias que previam a ocupação de terras e a integração territorial inter-regional a partir de uma lógica produtiva de economia em escala nacional (MONTEIRO; PACHECO, 2021; MOREIRA, 2020; EGLER, 2007; CASTRO et al, 1994).

Porém, a caminhada do macroplanejamento econômico brasileiro no terço final do século XX não se deu de forma dissociada às crises cíclicas. Com vistas a contornar uma implosão cambial em 1998 e instabilidades associadas de anos anteriores, a atividade agropecuária foi reforçada economicamente no território brasileiro, marcando seu retorno às prioridades da agenda política macroeconômica, na medida em que é relançada como “setor-solução” para reequilíbrio da Balança de Pagamentos do Brasil (DELGADO, 2012). Associada a outras práticas macroeconômicas, como legislações tributárias desoneradoras da exportação de produtos primários (a Lei Kandir de 1996 i.e.), esta macrodecisão do Estado se aprofunda ao longo dos anos 2000, década em que o mundo testemunha uma conjuntura comercial internacional (principalmente por demanda chinesa) receptiva às commodities do setor sucroenergético, de carne-grãos e de celulose de madeira (DELGADO, 2012). Isso serviu de base para o fenômeno que Bresser-Pereira e Gala (2007) definiram como desindustrialização e que Cano (2014) definiu como a reprimarização da economia brasileira neste período. O que se observou nesta primeira década do século XXI foi uma dominância dos produtos agrícolas e minerais na pauta de exportação brasileira (DELGADO, 2012), e é nesse contexto que a atividade agropecuária de caráter capitalista se fortalece política e territorialmente no Brasil, metamorfoseando-se no que hoje se compreende como agronegócio.

Etimologicamente, o termo “agronegócio” encontra suas raízes em 1955 nos Estados Unidos da América (como agribusiness), quando marcou uma aproximação de atores acadêmicos, corporativos e governamentais que visava uma legitimação da importância política que os setores da agricultura e dos negócios representavam conjuntamente para economia estadunidense (POMPEIA, 2021). Segundo historiografia feita por Pompeia (2021), no contexto brasileiro, o uso do termo remonta à década de 1960, tendo o sentido passado, ao longo das décadas, de uma noção ampla da compreensão de toda uma cadeia produtiva (influenciada pela acepção dos complexos agroindustriais) para uma vertente em que a articulação política propriamente dita ganha cada vez mais destaque.



Conceitualmente, o agronegócio pode ser entendido como uma associação do grande capital agroindustrial e da grande propriedade fundiária, ou como uma estratégia econômica de capital financeiro sob patrocínio do Estado, tratando-se, portanto, de uma concertação política entre atores responsáveis pela técnica da produção e pela política do território (DELGADO, 2012; HEREDIA et al, 2010, POMPEIA, 2020). Para além dos significados econômicos e políticos, são cada vez mais sentidos os desdobramentos territoriais de suas atividades nos subespaços agrícolas. De fato, ao serem inseridas na lógica produtiva de uma agricultura capitalista ou empresarial, frações do território se tornam alvos de investimentos públicos e privados desiguais, o que conseqüentemente os diferencia em termos configuracionais, e culmina em graus distintos de integração funcional com o restante do território (BÜHLER; OLIVEIRA, 2012; CASTILLO et al 2016; ELIAS, 2013).

É a partir da noção do agronegócio como um pacto de economia política entre o Estado e as classes sociais hegemônicas (DELGADO, 2012) estabelecidas no atual e histórico curso da formação social brasileira, que se compreende as grandes corporações, nesse ínterim, como portadoras de um relativo poder de decisão sobre frações do território, na medida em que delas advém grande parte do aparato técnico da produção. Comumente, pelo fato de a cadeia de produção agropecuária necessariamente se dar e estar dispersa no espaço, há a tendência de se atribuir funções específicas às diferentes localidades a partir de uma lógica de integração pontual. Desta forma, a organização espacial é conferida a certos atores privilegiados capazes de dotar o território em técnica, guiados por uma racionalidade produtiva que associa cada fração sua à divisão do trabalho de um determinado circuito econômico, tornando as regiões efeitos diretos de um território reticulado por e para atender determinados moldes produtivos (SANTOS, 2020a [1996]).

Dessa forma, objetivou-se sinalizar caminhos analíticos que destaquem aspectos da política pública de financiamento do Estado para aquisição ou expansão de meios de trabalho, e a associação comparativa entre a ocorrência de conflitos de terra e a operação de uma grande empresa nas regiões produtoras de celulose no Mato Grosso do Sul e no Maranhão. O agente em questão é a corporação Suzano S.A., uma das líderes mundiais na produção de celulose de madeira, *commodity*, esta, que apresentou aumentos produtivos substanciais neste início do século XXI, muito relacionado a um contexto interno, pela “reprimarização” da economia (CANO, 2014), e externo, por conta do período de *boom* das *commodities* (DELGADO, 2012).

Em se tratando dos principais *players* da indústria de celulose no Brasil na atualidade, destaca-se a atuação da empresa Suzano S.A, que após a fusão e posterior aquisição da Fibria S.A pela Suzano Papel e Celulose, em 2019, tornou-se a maior produtora de celulose branqueada de eucalipto do mundo e, recorrentemente, uma das corporações do agronegócio de maior faturamento anual, liderando entre as empresas de celulose e papel (FORBES, 2022; 2023). Com sede em São Paulo, a Suzano S.A apresenta, atualmente, plantios e respectiva produção de celulose de madeira de eucalipto em cinco regiões produtivas, cujas unidades fabris se localizam nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Maranhão. Trata-se, então, de uma empresa cuja distribuição produtiva se dá em nível nacional, enquanto sua produção propriamente dita se dá pelo agrupamento funcional de diversos níveis locais, conformando, na prática, regiões produtivas.

Com a intenção de se analisar as políticas de financiamento e a evolução de conflitos associados à atividade produtiva em subespaços sob atual influência direta da Suzano S.A, na escolha do recorte territorial (regiões), considerou-se as mudanças produtivas registradas entre os anos de 2013 e 2021, sendo escolhidos os critérios de área plantada com eucalipto (em hectare), e quantidade de madeira em tora desta espécie produzida para celulose (em metros cúbicos) para cada um dos cinco estados em que atualmente a Suzano S.A. apresenta unidades fabris, partindo de dados do IBGE (2023). Assim, constatou-se que o MS foi o que apresentou os maiores valores de crescimento absolutos em ambos os critérios, enquanto o MA apresentou ganhos proporcionalmente relevantes entre 2014 e 2021. Já os estados do ES e BA apresentaram relativa constância entre os valores, enquanto SP registrou um acréscimo em área plantada, contrabalanceado por um decréscimo em quantidade de madeira em tora produzida (IBGE, 2023). Dessa forma, as regiões produtivas do MS e do MA foram as escolhidas, ressaltando serem as mais recentes sob administração da Suzano S.A, cujas fábricas foram inauguradas, respectivamente, em 2009 na cidade de Três Lagoas/MS e 2014 na cidade de Imperatriz/MA (SUZANO, 2023a).

Na seleção das regiões produtivas consideradas, a periodização dos critérios de elegibilidade utilizados corresponde à disponibilidade de dados na plataforma SIDRA/IBGE, cujos limite inferior (2013) e superior (2021) são exatamente os disponíveis para o critério de “área plantada” com eucalipto. Apesar da abrangência dos anos referentes ao critério de “quantidade de madeira em tora produzida para celulose” se estenderem até o ano de 2002, quando passou a haver a distinção entre as finalidades de madeira em tora produzida, os anos

pre-2015 foram desconsiderados em prol de uma abrangência temporal comum aos dois critérios. A escolha de se avaliar a produção de madeira advinda do eucalipto, se deu por este grupo de espécies constituir a base florestal usada na produção de celulose pela Suzano S.A.

Para a delimitação das regiões, considerou-se os municípios que declaradamente apresentaram plantios fornecedores de madeira para as fábricas da Suzano S.A, identificados em pelo menos um dos Resumos Públicos do Plano de Manejo elaborados pela corporação para os anos de 2019, 2020 e 2021, em cada uma das regiões produtivas, denominadas internamente de Unidades de Negócio Florestal - UNF (SUZANO, 2023b). Tais documentos são periodicamente disponibilizados no sítio eletrônico da empresa, de onde foram coletados e analisados. Totalizou-se 11 municípios na UNF MS e 48 na UNF MA, ressaltando que esta região, ao contrário daquela, não consta somente de plantios localizados em municípios da unidade federativa onde se localiza a unidade fabril, mas também em alguns municípios do norte do Tocantins e leste do Pará. Isso ilustra o fato de que as regionalizações produtivas para a celulose, assim como de outras atividades produtivas no geral, não necessariamente respeitam os limites político-administrativos oficiais.

A noção por detrás deste procedimento está em considerar, a partir de Santos (2020b [1985]), o uso do território pela Suzano S.A. para produção de celulose como um cimento regional, um instrumento de união promotor de adesão entre diferentes frações do espaço, isto é, uma regionalização funcional. Assim, reconhecendo que o surgimento da matéria-prima (celulose) se dá de fato nas árvores dos plantios, e que os insumos silviculturais de origem “externa” e de anterior produção somente condicionam sua síntese orgânica; a delimitação empírica não está considerando a abrangência espacial da produção dos insumos silviculturais, apesar de reconhecidamente serem importantes para uma discussão mais ampla.

O método escolhido neste trabalho foi a revisão bibliográfica de literaturas acadêmicas com finalidades conceituais para caracterização e interpretação das dinâmicas às quais o território vem sendo submetido, complementada por dados secundários acessados em fontes públicas. Estas são: o portal eletrônico do BNDES, para dados dos principais projetos financiados através de operações diretas e indiretas não automáticas contratadas pela Suzano S.A; e o da CPT, para dados sobre a ocorrência de conflitos por terra nos atuais municípios constantes das regiões produtivas, além daqueles acessados pelo portal SIDRA/IBGE, que se encaixam no escopo de contextualização à análise objeto deste trabalho. As validades informativas desses dados se tornam especialmente argumentativas sob o prisma de uma leitura espacial crítica, o que atribui à pesquisa um caráter quali-quantitativo.

Sintetizando o grande esforço intelectual de Milton Santos, o espaço geográfico pode ser concebido como “um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 2020a [1996], p. 42), ou, ainda, como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações” (SANTOS, 2013a [1994], p. 86). Este conjunto funciona de forma solidária e igualmente contraditória, de modo que as ações se encarregam de imbuir os objetos de uma racionalidade própria, a partir de uma intencionalidade que torna sua funcionalidade, por vezes, tão extrema que passa a simbolizar, em contrapartida, uma determinada condição às pessoas e aos lugares na realização da vida; uma ressignificação mútua orientada por uma inércia-dinâmica (SANTOS, 2020a [1996]).

Na base da dialética entre os objetos e as ações está o fenômeno da técnica, entendida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2020a [1996], p. 29). Assim, o movimento da sociedade comportaria diferentes técnicas passíveis de concretizações variadas como heranças físicas e sociais no território, uma vez que o valor de cada objeto “é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou” (SANTOS, idem, p. 43). Em outras palavras, admite-se que em uma mesma fração do território possam coexistir sistemas técnicos de idades e longevidades distintas, passíveis de difusão e expressão espacial desiguais; são as rugosidades, entendidas como a materialidade da acumulação de tempos reais em um dado momento (SANTOS, 2013b [1978]).

Para além do sentido político-administrativo, é a partir de formas materializadas (objetos naturais e artificiais) que surge a categoria de território – como síntese –, mas quando se assume o caráter histórico dos significados e das ações simultâneas e sucessivas na sua construção, fala-se então de território usado, uma categoria propriamente mais interessante ao crivo das ciências sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]). De fato, a concepção dialética entre os objetos e ações faz do território usado sinônimo de espaço geográfico, sendo seu conteúdo inscrito tanto a partir de bases técnicas (tecnosfera) quanto político-normativas ou sociais/ideológicas (psicoesfera), responsáveis por apoiarem, ou até antecederem, a introdução de uma racionalidade específica ao território (SANTOS, 2020b [1993]; RIBEIRO, 1991). É dessa forma que se diferenciam os subespaços, sendo cada um definido, a cada momento, por uma conjuntura unitária na tecnosfera e psicoesfera (SANTOS, 2014a [2005]) cuja diferenciação é embasada, entre outras coisas, por decisões dialeticamente coadunadas dos agentes hegemônicos, políticos (Estados) e econômicos (grandes empresas), que acabam

promovendo desigualdades regionais ligadas às divisões espaciais/territoriais do trabalho em escala nacional (SANTOS, 2018 [1979]; MASSEY, 1995 [1984]). Na mesma esteira, Brandão (2012) aponta que a divisão territorial do trabalho pode ser vista como uma categoria mediadora dos processos espaciais, capaz de concretizar o espaço essencialmente abstrato. Assim, compreender as relações inter-regionais no espaço significa compreender parte de sua lógica, e assumindo a região como o lugar onde uma ação e seus impactos são exercidos e sentidos (SANTOS, 2014b [1988]), o uso do território se torna uma categoria analítica e empírica central no que tange às transformações produtivas de ordem espacial/regional.

Os lugares podem ser concebidos e diferenciados a partir da especificidade de seus processos interativos, de uma multiplicidade de identidades simultâneas e sucessivas no tempo e no espaço, marcados pela mistura de relações sociais mais amplas que as meramente locais, cujas associações com o “exterior” se dão de forma particular (MASSEY, 1994). Já o conceito de região é entendido, aqui, como um subespaço do espaço nacional cuja coerência funcional o distingue de outras entidades, vizinhas ou não, que serve de suporte e condição de realização específica das relações globais, a partir de uma lógica de solidariedade cada vez mais organizacional e menos orgânica, unida por nexos informacionais (SANTOS, 2020a [1996]; 2013a [1994]). Em consonância, Haesbaert (2021, p. 43) propõe considerar a região “como um ‘arte-fato’, um complexo entre artifício e fato, ferramenta intelectual e evidência concreta”, de modo que a regionalização, como método, se comporta como uma “medi-ação” (meio e ação), isto é, uma forma indissociada de interpretação e criação; responsável por construir diferenciações geográficas e articulações no espaço pela ação de certos agentes em uma dinâmica hierarquizada (HAESBAERT, 2021; 2010). É neste sentido que A. C. T. Ribeiro (2015) ressalta que nas análises regionais há uma dupla face do fenômeno da regionalização: como *fato* (socialmente construído) e como *ferramenta* (voltada a uma funcionalidade específica).

Sobretudo em um período de globalização marcado, entre outras coisas, pela unicidade técnica e convergência de momentos vividos (SANTOS, 2021 [2001]), as atividades produtivas se viram elencadas como vetores e o território chamado a servir como instrumento de reprodução de uma racionalidade geralmente exógena, que reconfigura o território e reverbera nele dinâmicas deletérias tanto em contextos urbanos quanto agrícolas. De fato, a partir da mecanização e sucessivas modernizações da atividade agrícola, passou a haver a resignificação das relações sociais e acréscimos na demanda por bens científicos e assistência técnica especializada (SANTOS, 2021 [2001]). Reconhecendo que os ganhos de importância produtiva são tipicamente acompanhados por uma valorização de ordem político-ideológica definidora de

uma pretensa “vocação”, o espaço agrícola se torna, então, um ambiente atrativo ao capital de grandes empresas norteadoras da ordem técnica, o que, em termos espaciais, acaba constituindo este espaço como um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2021 [2001]).

Nesse contexto, Elias (2011) posiciona o agronegócio enquanto possuidor de um poder capaz de impor uma lógica produtiva própria ao território, de criar novos fluxos materiais e imateriais e, também, de promover especializações territoriais cada vez mais profundas. Na introdução de uma nova racionalidade, os agentes do agronegócio reconfiguram o espaço através da construção de “novos” ou o reaproveitamento de “velhos” objetos/fixos geográficos, e da redefinição das ações/fluxos locais ao injetar um novo sentido global na realização cotidiana da vida local, o que, logicamente, condiciona disputas entre os agentes envolvidos. Em outras palavras, ele propõe uma nova configuração unitária entre a tecnosfera e a psicofera, impactando tanto as formas quanto os conteúdos da esfera social a partir da vetorização de técnicas modernizadas de produção. Por conseguinte, essa reconfiguração impacta também as solidariedades orgânicas e endógenas (horizontalidades), enquanto define uma nova função ao lugar/região baseada em solidariedades organizacionais que objetivam sua inserção em circuitos produtivos mais abrangentes no espaço (verticalidades). Essas intenções e processos estão diretamente associados a uma nova regionalização que, no Brasil, faz surgir uma nova noção de grande relevância à análise das dinâmicas econômicas, sociais e políticas da agricultura modernizada/capitalista sobre o território nacional, que Denise Elias (2011; 2013) conceitua de Regiões Produtivas do Agronegócio – RPA.

As RPAs são compreendidas como os resultantes da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, conformadas por novos arranjos territoriais e lugares funcionais de circuitos espaciais e redes de produção de commodities vinculadas ao agronegócio globalizado, e cujos limites não seguem estritamente as divisões político-administrativas oficiais (ELIAS, 2011; 2013). Suas dinâmicas espaciais se caracterizam por fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais de diferentes commodities, a exemplo da soja e celulose, e pela predominância não necessariamente supressora, mas sim reconfiguradora das verticalidades sobre as horizontalidades, sob a batuta de uma competitividade buscada para o benefício de alguns poucos agentes hegemônicos (ELIAS, 2011; 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crescente adoção da competitividade espacial como mote produtivo pelo agronegócio condiciona o surgimento de uma série de vulnerabilidades territoriais (CASTILLO, 2015), que

por sua vez, engendra, em última instância, um uso corporativo do território por motivos da prevalência impositiva de atores economicamente mais privilegiados (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]). Em prol deste ganho em competitividade, estabelece-se um diálogo íntimo entre agentes públicos e privados sobre a regulação dos usos do território, seja na figura de reformas legislativas – aumento da descentralização e permissibilidade de dispositivos reguladores, como o Novo Código Florestal, por exemplo (BÜHLER; OLIVEIRA, 2019) – ou, então, entre outras coisas, na implementação de políticas de financiamentos públicos de projetos privados.

Sobre este ponto, o levantamento junto ao portal do BNDES dos valores dos principais projetos financiados através de operações diretas e indiretas não automáticas contratadas pela Suzano S.A., ao longo das duas primeiras décadas do século XX (2002 – 2022), excetuando-se os valores contratados pelas outras empresas absorvidas por ela ao longo deste período, aponta a obtenção da quantia de R\$ 14,68 bilhões, nos quais se incluem projetos de expansão de plantios florestais e construção de novas plantas industriais (BNDES, 2022). Em termos proporcionais, esse valor representa cerca de 37% do total de valores contratados pelas dezesseis empresas do agronegócio (Suzano S.A e mais quinze, com uma delas também do ramo celulósico) constantes e reincidentes nas vinte primeiras colocações dos rankings de faturamento nos anos 2020 e 2021, segundo levantamento da Revista Forbes, dentre as quais a Suzano S.A. se encontra. Isso indica particularidades e distinções do setor de celulose que, especialmente quando analisado junto à sua extensão ordinária da produção de papel, caracteriza-se por uma elevada demanda e intensidade de capital e grande demanda por infraestrutura (OLIVEIRA, 2019). As distinções constitutivas da operação produtiva para cada *commodity* acaba engendrando diferenças nos processos de territorialização dentro do conjunto dos agentes do agronegócio associados a uma ou mais *commodities*, e isto torna necessário a análise específica de cada ramo, por ser sobremaneira complexa a leitura da síntese performática conjunta de suas produções sobre o território utilizado.

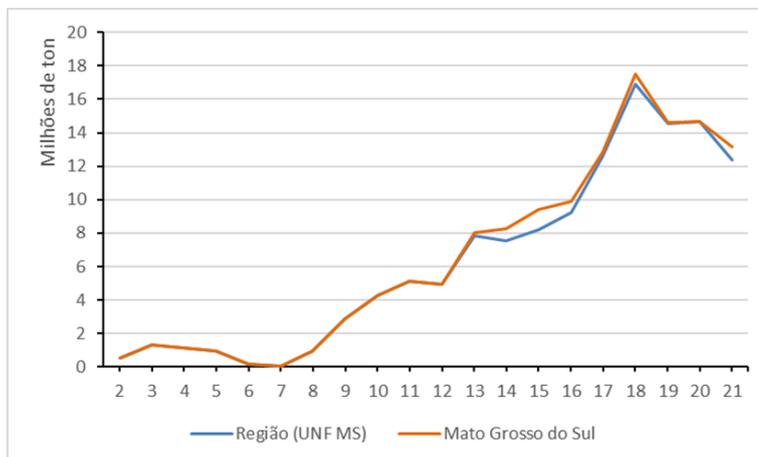
Ao se analisar os dados sobre a quantidade produzida de madeira em tora para celulose e papel (2002 – 2021) e área plantada de eucalipto (2013 – 2021), conforme dados disponibilizados pelo IBGE (2023), percebe-se um aumento substancial nos estados do MS e MA, especialmente nas quantidades de madeira em tora produzidas. É possível observar, também, saltos produtivos na série histórica precisamente no período quando a atual Suzano S.A inicia suas atividades produtivas nessas unidades federativas. No MA, a produção registrada em períodos anteriores à chegada da Suzano S.A. foi em torno de 60 mil m³ de madeira, alcançando hoje valores em torno de 3 a 4 milhões, enquanto no MS, os valores saltam de cerca de 900 mil a 13 milhões de m³ (IBGE, 2023). Como referencial temporal, é importante



ressaltar que o início da atividade desta corporação no MS data de 2009, enquanto no MA data de 2014. No entanto, a produção da planta industrial da corporação no centro-oeste é anterior a 2009, tendo estado sucessivamente sob administração de outras empresas, que acabaram absorvidas pela atual Suzano S.A.

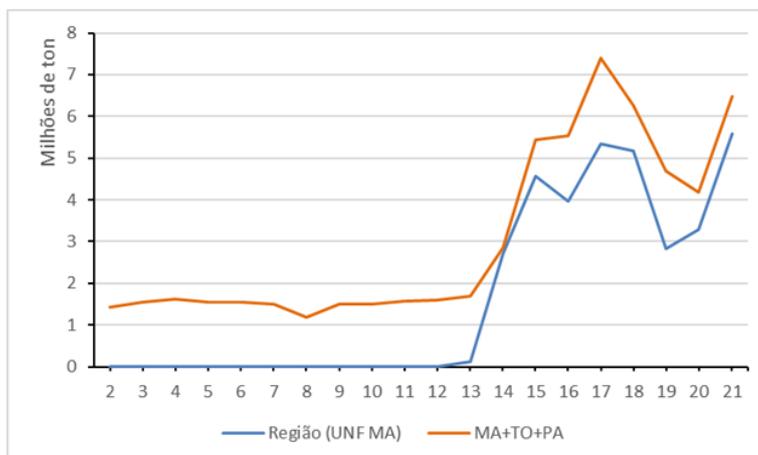
A seguir, encontram-se dispostos os valores relacionados à quantidade de madeira em tora produzida para celulose, com o gráfico 1 apresentando os valores referentes ao MS comparado com os municípios que compõem a UNF MS, e o gráfico 2 contendo o somatório dos valores referentes aos estados do MA, TO e PA, comparado com o conjunto de municípios compreendidos na UNF MA.

Gráfico 1 – Quantidade de madeira em tora produzida para celulose por ano (2002 – 2021), UNF MS



Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

Gráfico 2 – Quantidade de madeira em tora produzida para celulose por ano (2002 – 2021), UNF MA



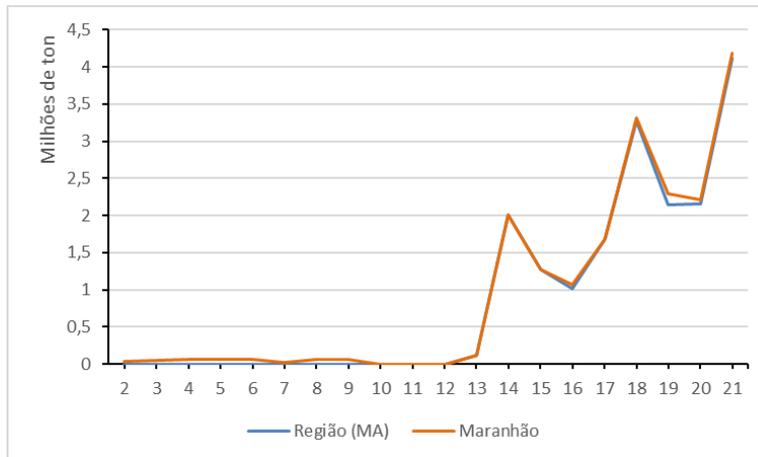
Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

No caso do MS, nota-se uma estreita ligação entre a produção que se dá nos municípios compreendidos na região produtiva e o equivalente à produção total registrada na unidade federativa, em uma proporção de quase 1:1, em média. Já para a região de MA, TO e PA, a relação entre a produção na região em comparação com o somatório das três unidades federativas só começa a ser observada com padrões diretamente proporcionais a partir de 2014, ano do início das operações da fábrica de Imperatriz/MA pela Suzano. De qualquer modo, o importante é ressaltar o grau de participação da produção de madeira para celulose que se dá nos municípios que apresentaram plantios de abastecimento das respectivas fábricas da corporação nas regiões, além do fato das curvas de produção apresentarem saltos expressivos no período correspondente ao início da operação da Suzano S.A. nesses territórios. Entretanto, é igualmente importante destacar que esta corporação não é a única a atuar neste ramo produtivo nestes recortes territoriais, especialmente no MS, apesar de em termos de escala ela ser a de maior destaque setorial.

Com fins de melhor detalhamento sobre a produção no território, a seguir estão dispostas as quantidades de madeira em tora produzidas para celulose, individualizadas para cada UF e seus respectivos municípios compreendidos na UNF MA, o que auxilia uma melhor compreensão do comportamento produtivo corrente em cada um dos estados no período levantado. Nessas imagens, percebe-se que a relação entre a produção na região e a do todo estadual no MA (gráfico 3) é mais significativa, além do fato de a curva produtiva nesta UF corresponder diretamente, em termos temporais, ao início das atividades fabris na região, datada de 2014, ou seja, inaugurando um novo momento produtivo. Já no PA (gráfico 4), apesar da produção na região se iniciar também em 2014, e se comportar de maneira diretamente proporcional, já se observava produção de madeira para celulose em outros pontos na UF, especificamente no município de Almeirim/PA. Já no TO (gráfico 5), percebe-se o registro da produção tanto na região quanto para toda a UF somente no ano de 2017, que apesar de apresentar uma dimensão menor, assemelha-se à curva do MA, na medida da inauguração temporal correlacionada à atividade da Suzano S.A., e com a curva do PA, na medida de uma proporcionalidade menor entre a região e a UF, e do comportamento da curva tendo apresentando descendência no final da década de 2010.

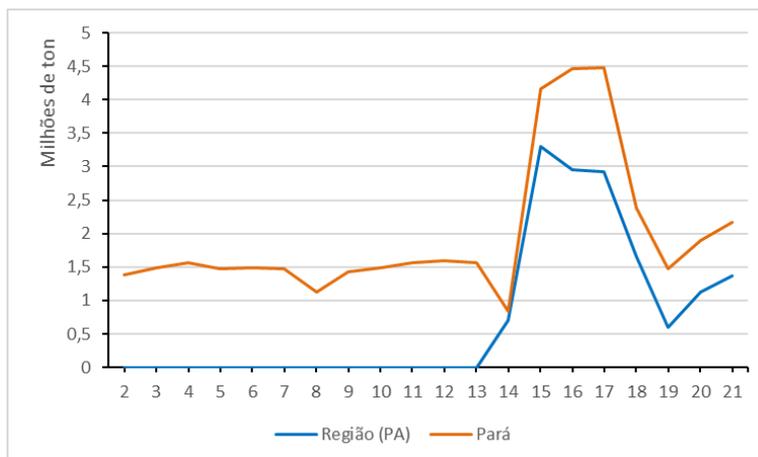


Gráfico 3 – Quantidade de madeira em tora produzida para celulose por ano (2002 – 2021), MA



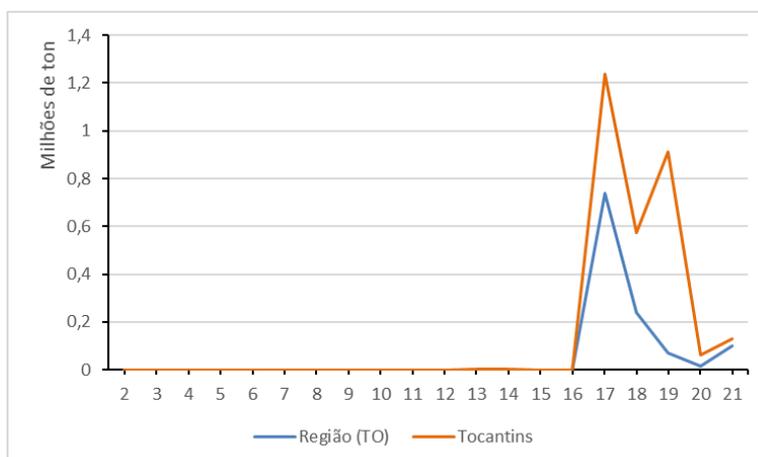
Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

Gráfico 4 – Quantidade de madeira em tora produzida para celulose por ano (2002 – 2021), PA



Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

Gráfico 5 – Quantidade de madeira em tora produzida para celulose por ano (2002 – 2021), TO

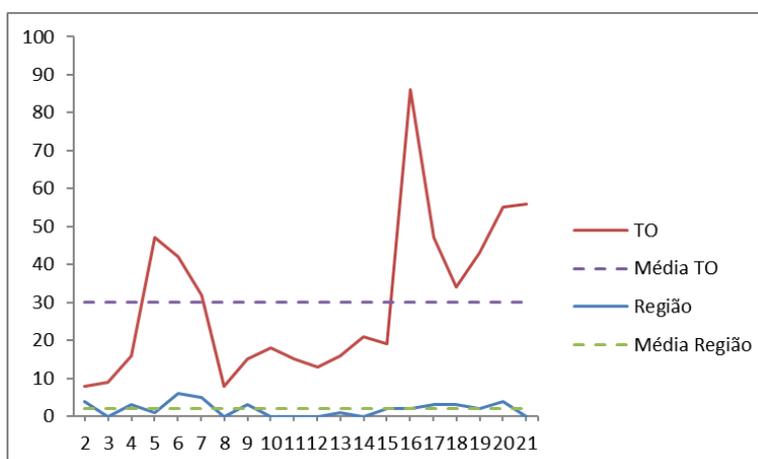


Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

Ressalta-se que esses valores dizem respeito à quantidade de madeira em tora produzida especificamente para as indústrias de celulose, não significando necessariamente um aumento em área plantada. De fato, observa-se um aumento na área plantada nestes territórios, mas com pouca intensidade quando comparado ao aumento na produção, segundo dados do IBGE (2023), o que pode indicar dois cenários: o ganho em intensidade técnica-produtiva, e/ou a conversão de áreas anteriormente plantadas com eucalipto com destinação outra. Para a averiguação deste ponto, se faz necessário uma outra coleta e aprofundamento nos dados, não compreendido na metodologia desta pesquisa, mas ainda assim ressalta-se a importância que esse referido intento apresenta em termos de compreensão das dinâmicas territoriais.

Por outro lado, em termos socioterritoriais, após um trato estatístico dos dados dos Conflitos no Campo Brasil, publicados pela CPT (2023), entre 2002 e 2022, foram calculados, para o MS, cerca de 32 conflitos por terra, por ano, dos quais, em média, 3,4% estavam localizados nos municípios constantes da região produtiva da Suzano S.A. Já para o MA, no mesmo período, foram registrados uma média próxima a 131 conflitos por terra, por ano, dos quais, em média, 24,2% ocorreram na atual região produtiva da corporação, indicando uma maior ebulição conflitual nesta fração, quando lido de forma comparativa. Os valores médios referentes ao TO e PA foram, respectivamente, 31 e 111 conflitos por terra, tendo a porção territorial incluída na região produtiva apresentado 8,4 e 5,5% dos totais estatais. A seguir, encontram-se dispostos os valores em série temporal da ocorrência de conflitos por terra no TO (gráfico 6), PA (gráfico 7), MS (gráfico 8) e MA (gráfico 9).

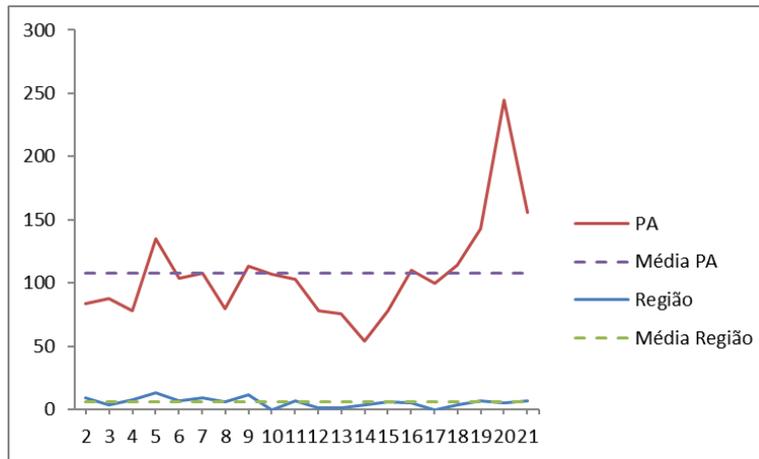
Gráfico 6 – Ocorrência de conflitos por ano (2002 – 2021), TO



Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

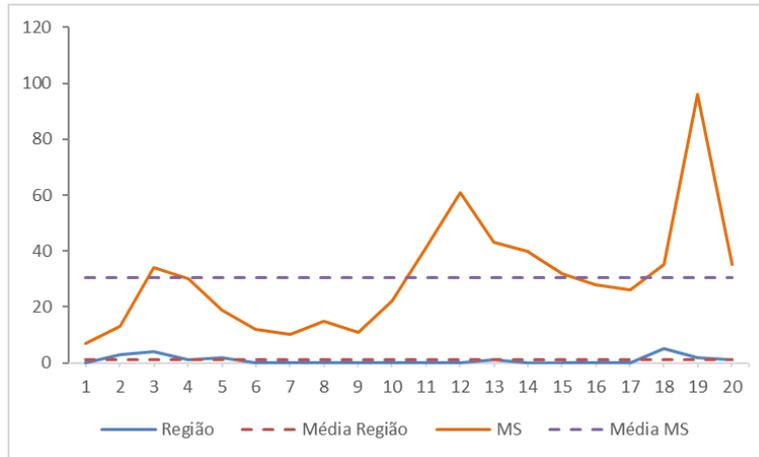


Gráfico 7 – Ocorrência de conflitos por ano (2002 – 2021), PA



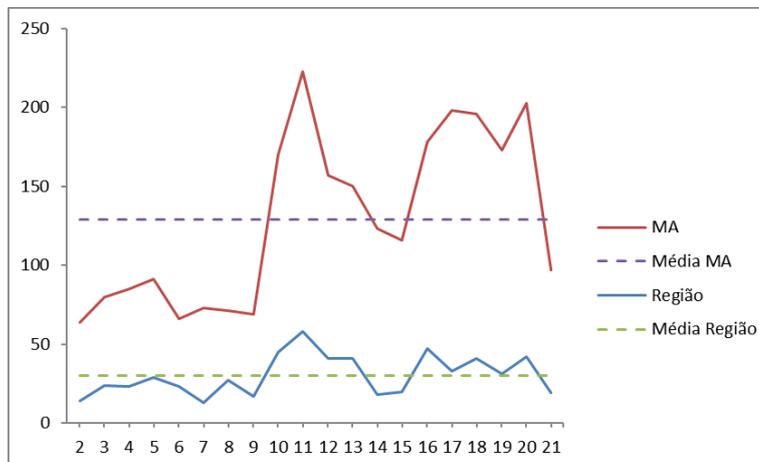
Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

Gráfico 8 – Ocorrência de conflitos por ano (2002 – 2021), MS



Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

Gráfico 9 – Ocorrência de conflitos por ano (2002 – 2021), MA



Fonte: IBGE, 2023; Elaboração do autor

Uma observação interessante é que somente no MA foram registradas citações diretas do envolvimento da Suzano em conflitos por terra, tendo sido estes de 2010 em diante (excetuando-se 2019 e 2022), justamente o período que os números de ocorrências de conflitos por terra, nos municípios da região produtiva e do estado como um todo, ultrapassaram as respectivas médias para o período entre 2002 e 2022 – salvo em 2015 e 2019. Foram nos anos de 2011, 2012 e 2013 que foram observados as maiores ocorrências de conflitos por terra envolvendo a Suzano no estado e na região produtiva, sobretudo em 2011 (ano do início da construção da fábrica em Imperatriz) quando a Suzano foi apontada em 43 dos 58 conflitos na região, segundo dados da CPT (2023). Entendendo que para o funcionamento das fábricas para a produção/obtenção de celulose de mercado a partir de madeiras em tora, preconiza-se o desenvolvimento das árvores em campo até atingir parâmetros volumétricos adequados às etapas industriais. Em se tratando do ciclo produtivo, tais árvores levam em torno de 5 a 6 anos para atingirem determinadas dimensões, de tal modo que se infere que as madeiras que abastecem as fábricas em 2013 ou 2014 tenham sido plantadas em 2009 ou 2010, e isso pode indicar uma relação temporal entre início da operação da Suzano na UNF MA (2014) e a ocorrência de conflitos nesta região produtiva a partir de 2010. No entanto, tal correlação temporal não foi observada para a região produtiva de MS, provavelmente pela região já apresentar atividades corporativas silviculturais consolidadas desde anos anteriores, tendo a Suzano agido de forma substitutiva, não necessariamente inauguradora de uma nova lógica produtiva, ainda que crescentemente imbuídas de inovações e aprofundamentos técnicos.

Essas distinções denotam dinâmicas, movimentos de fundo e contextos territoriais específicos para cada região, o que tende a diferenciar as duas regiões em termos produtivos no tempo e no espaço, tornando a questão do uso produtivo do território mais complexa do que uma inferência homogeneizadora possa vir a sugerir. Ainda, em escala mais próxima, observa-se destacadas distinções produtivas entre as regiões elencadas e o restante do território nos estados envolvidos, tornando possível de se operacionalizar o conceito de Região Produtiva do Agronegócio (ELIAS, 2011) para se compreender, analiticamente, as configurações territoriais e produções nesses subespaços; destacando as RPAs enquanto diferenciações/especializações espaciais que significam distinções com o restante do território e entre si, mesmo quando de ordem produtiva semelhante.

Com o presente artigo, pretendeu-se sinalizar alguns caminhos analíticos e condições que contextualizam a forma pela qual vem se operando a produção de madeira e respectiva obtenção de celulose no Brasil ao longo dos últimos anos. Longe de se pretender extinguir os detalhes acerca das dinâmicas que se dão no território, a tentativa aqui foi de esboçar contornos ao uso do território que permeia a realização de uma agência territorial de especialização produtiva concentradora em termos espaciais/regionais, destacando a Suzano S.A. como vetor de um poder oligopólico e até monopólico, cujos efeitos são, em maior ou menor escala, perceptíveis a depender do método e do recorte analítico empenhados.

Em uma instância mais ampla e a partir da devida fundamentação teórica, percebe-se que o agronegócio se tornou, ao longo das últimas décadas, um elemento crucial para a compreensão técnica e política da dinâmica territorial do Estado brasileiro. A complexidade de sua performance sobre o território se equipara à diversidade de atores envolvidos, cujas ações repercutem de formas diferenciadas a depender do contexto e fração espacial onde estão inseridos e das perspectivas e demandas a elas associadas. Portanto, a vigilância e o esforço analítico para o estudo dos aspectos que tangenciam a relação da agricultura capitalista com o território se tornam cada vez mais necessários para a agenda científica e política ligadas ao progresso em suas diversas ordens, especialmente para sustentar apoio às parcelas da população marginalizadas e prejudicadas nas relações de poder.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Principais projetos financiados:** operações diretas e indiretas não automáticas contratadas com o BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-op-dir-ind-nao-aut>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento. **Revista de Economia Política**, v. 27, n.1, p. 3-19, 2007.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BÜHLER, E. A.; OLIVEIRA, V. L. Agricultura empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural. **Anais. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, p. 1-21, 2012.

BÜHLER, E. A.; OLIVEIRA, V. L. A neoliberalização da natureza na fronteira agrícola do Cerrado nordestino. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 2, 2019.

CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139 – 174, 2014.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **GEOgraphia**, ano 17, n. 35, 2015.

CASTILLO, R.; ELIAS, D.; PEIXINHO, D. M.; BÜHLER, E. A.; PEQUENO, R.; FREDERICO, S. Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo-Cidade e Reestruturação Urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia**, v. 12, n. 18, especial GT Anpege, p. 265 – 288, 2016.

CASTRO, S. P.; BARROZO, J. C.; COVEZZI, M.; PRESTI, O. **A colonização oficial em Mato Grosso:** “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: Editora da UFMT, 1994, 290 p.

CPT. Comissão Pastoral da Terra – CEDOC Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na agricultura à Economia do Agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EGLER, C. A. G. *A pré-Amazônia mato-grossense no contexto nacional e sul-americano*. In: MAITELLI, G. T.; ZAMPARONI, C. A. G. P. (Orgs.) **Expansão da soja na pré-Amazônia mato-grossense:** impactos socioambientais. Cuiabá: Editora da UFMT, 2007, 191 p.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.



ELIAS, D. *Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas*. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUIZZO, R. C. (Orgs.) **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 201-220, 2013.

HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. *Por uma descolonização da região em Geografia*. In: LEOPOLDO, E.; HAESBAERT, R.; DA CRUZ, R. C. A.; SERPA, A. (Orgs.) **Por Uma Nova Geografia Regional**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021, 412 p.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS)**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

MASSEY, D. A global sense of place. In: MASSEY, D. **Space, Place and Gender**. Oxford: Polity, p. 146 – 156, 1994.

MASSEY, D. **Spatial Divisions of Labour: Social Structures and the Geography of Production**. 2ª ed., Londres: Macmillan Press Ltd., 1995 [1984], 393 p.

MONTEIRO, D. M. L. V.; PACHECO, G. K. S. *A cidade do agronegócio como “terra de oportunidades”: contradições, segregação urbana e estigmatização da força de trabalho em Lucas do Rio Verde (MT)*. In: BERNARDES, J. A.; MONTEIRO, D. M. L. V.; PEIXINHO, D. M.; MONTEIRO, J. L. G.; ARACRI, L. A. S.; ARRUIZZO, R. C. (Orgs.) **O setor carne-grãos no Centro-oeste: Circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições**. 1ª ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2021, 320 p.

MOREIRA, R. **A Formação Espacial Brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia brasileira**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, 428 p.

OLIVEIRA, K. C. S. **Análise da dinâmica e do funcionamento da Cadeia Global de Valor da Indústria de Papel e Celulose: um foco sobre a decomposição do valor adicionado e das parcerias bilaterais do Brasil**. 2019. 413 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

POMPEIA, C. Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. <https://orcid.org/0000-0002-1692-1985>. DOI: 10.1590/3510410/2020.

POMPEIA, C. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 1ª ed., 2021, 385 p.

RIBEIRO, A. C. T. *Matéria e Espírito: O Poder (Des)Organizador dos Meios de Comunicação*. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. **Brasil, Território da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 44 – 55, 1991.



RIBEIRO, A. C. T. *Regionalização: Fato e Ferramenta*. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.) **Brasil Século XXI: Por Uma Nova Regionalização?** Agentes, Processos e Escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, p. 194 – 212, 2015.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio-Técnico-Científico-Informacional**. 5ª ed., 1ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013a [1994], 176 p.

SANTOS, M. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5ª ed., 1ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b [1978], 136 p.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. 1ª ed., 3ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a [2005], 176 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª ed., 2ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b [1988], 136 p.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2ª ed., 2ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1979], 440 p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed., 10ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020a [1996], 384 p.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed., 5ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020b [1993], 176 p.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. 32ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2021 [2001], 194 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 22ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2021.

SUZANO. **Resumo Público do Plano de Manejo Florestal**. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/a-suzano/documentos/?tag=manejo-florestal-sustentavel>>. Acesso em: 24 abr. 2023